

...continuação

disso, não se tratam de hipóteses de provisão contábil. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Em 31 de dezembro de 2018 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 181 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3(i). **11. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

	2018	2017
12. Total das receitas com restrições	10.425	10.324
Contrato de gestão	10.425	10.324
Receita com prest de serv - Paula Souza (Nota Explicativa nº 5)	-	1.100
Receita com prest de serv - Cena Onze	1.050	-
Outras receitas de captação	332	60
Rendimento de aplicações financeiras	114	170
Outras receitas	239	516
Trabalho voluntário	181	120
Aluguel gratuidade	2.067	1.451
	14.408	13.741

	2018	2017
13. Despesas com pessoal	(3.972)	(3.762)
Salários	(3.972)	(3.762)
Encargos sociais	(1.688)	(1.731)
Benefícios	(1.418)	(1.321)
Férias	(496)	(483)
13º salário	(350)	(346)
	(7.924)	(7.643)

	2018	2017
14. Despesas com prestadores de serviços	(905)	(745)
Artistas convidados	(905)	(745)
Vigilância e segurança	(365)	(354)
Limpeza e higiene	(348)	(333)
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	(152)	(166)
Informática	(78)	(93)
Outros	(191)	(105)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos Diretores e Conselheiros da Associação dos Artistas Amigos da Praça. São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Artistas Amigos da Praça, ("Associação" ou "ADAAP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Artistas Amigos da Praça, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 19 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela ela-

15. Despesas gerais e administrativas

Bolsas-auxílio	(402)	(370)
Aluguéis	(62)	(205)
Manutenção	(242)	(367)
Água, luz, internet e telefone	(209)	(192)
Patrocínio	(200)	-
Doações de ingressos SP Escola	(30)	(74)
Intercâmbios e viagens	(341)	(412)
Materiais para aula e cursos	(78)	(123)
Despesas com transportes	(121)	(128)
Filmagens e produções	(61)	(54)
Material com itens de consumo	(100)	(60)
Despesas com eventos	(108)	(44)
Outros	(153)	(46)
	(2.107)	(2.075)

16. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo** - Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos"** - Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O

boração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não**

processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa. **17. Avais, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2018 e 2017. **18. Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017: **Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias. Seguros (não auditado) - A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **20. Eventos subsequentes:** Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação. **Ivam Cabral - Diretor Presidente - CPF 460.148.379-49. Ivan Szoboszlaj - CRC 1SP 204074/O-1 - CPF 103.716.778-31.****

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.
BDO RCS Auditores Independentes - SSCRC 2 SP 013846/O-1
Thiago Gonçalves Marques - Contador CRC 1 SP 254881/O-8

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Contrato de Gestão nº 0009/2013	27.12.13	04 anos e 06 meses	13.500.000,00
1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	08.09.14	04 anos e 06 meses	1.609.467,58
2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	03.08.15	01 ano	(2.818.975,33) 10.681.024,67
3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	30.06.16	01 ano	(4.351.666,00) 9.148.334,00
4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	11.02.17	01 ano	(2.787.666,00) 10.712.334,00
5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0009/2013	13.03.18	09 meses	(3.323.282,00) 10.716.718,00

Data Prevista Para o Repasse	Valores Previstos (R\$)	Data do Repasse	Número do Doc de Crédito	Valores (R\$)
20/01/2018	1.785.389,00	25/01/2018	201.801.240.023.146	1.779.330,00
20/03/2018	1.785.389,00	20/03/2018	201.803.190.166.885	1.700.000,00
20/05/2018	1.785.389,00	18/05/2018	201.805.170.045.293	1.785.000,00
20/07/2018	1.785.389,00	20/07/2018	201.807.190.055.441	1.450.000,00
20/09/2018	1.785.389,00	20/09/2018	201.809.190.048.328	1.630.000,00
20/11/2018	1.785.389,00	22/11/2018	201.811.210.026.841	1.630.000,00
20/12/2018	0,00	20/12/2018	201.812.190.060.338	202.388,00
(A) Saldo do Exercício Anterior				1.224.294,41
(B) Repasses Públicos no Exercício				10.176.718,00
(C) Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos				95.842,93
(D) Outras Receitas Decorrentes da Execução do Ajuste				2.612,44
(E) Total de Recursos Públicos (A+B+C+D)				11.499.467,78
(F) Recursos Próprios da Organização Não-Governamental				122.274,94
(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício (E+F)				11.621.742,72

Categoria ou	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS			
	Despesas Contabilizadas	Despesas Contabilizadas em Exercício	Despesas Contabilizadas Neste Exercício	Despesas Contabilizadas Neste Exercício

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Previsão		
			Trimestral	Realizado	
4.1	Atuação	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	50	53
			2º Trim	50	52
		3º Trim	50	54,7	
			4º Trim	50	56
Meta Anual	50 aprendizes*	54			
ICM%	100%	108%			
4.1	Cenografia e Figurino	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anua	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	50	49,3
			2º Trim	50	48
		3º Trim	50	49,4	
			4º Trim	50	50
Meta Anua	50 aprendizes*	49			
ICM%	100%	98%			
4.1	Direção	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	40	37,8
			2º Trim	40	36

Finalidade da Despesa	Neste Exercício (R\$)	Anterior e Pagas Neste Exercício (R\$) (H)	e Pagas Neste Exercício (R\$) (I)	a Pagar em Seguinte (R\$) Exercício
1. Recursos Humanos				
1.1 Salário + Encargos + Benefícios	7.909.072,87	804.396,52	7.177.324,01	731.748,86
1.2 Autônomos e Pessoa Jurídica	1.555.135,75		1.555.135,75	
2. Medicamentos	533,52		533,52	
3. Gêneros Alimentícios	36.670,24		36.670,24	
4. Outros Materiais de Consumo	135.016,26		135.016,26	
5. Outros Serviços de Terceiros	345.863,97		295.923,52	49.940,45
6. Locação de Imóveis	0,00		0,00	
7. Locações Diversas	27.633,06		27.633,06	
8. Utilidades Públicas	205.997,33		205.997,33	
9. Combustível			0,00	
10. Bens e Materiais Permanentes	97.129,93		97.129,93	
11. Obras			0,00	
12. Despesas Financeiras e Bancárias	10.568,85		10.568,85	
13. Outras Despesas	611.594,77	268.026,67	169.169,88	442.424,89
13.1 Outras Despesas Área Fim	482.344,12	268.026,67	39.919,23	442.424,89
13.2 Outras Despesas Área Meio	129.250,65		129.250,65	
13.3 Depósitos Judiciais			0,00	
Total de Despesas	10.935.216,55	1.072.423,19	9.711.102,35	1.224.114,20

(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício	11.621.742,72
(J) Despesas Pagas no Exercício (H+I)	10.783.525,54
(K) Recurso Público Não Aplicado (E - (J-F))	838.217,18
(L) Valor Devolvido ao Órgão Público	
(M) Valor Autorizado Para Aplicação No Exercício Seguinte (K-L)	838.217,18

Declaramos na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme Plano de Trabalho aprovado. Proposto pelo Órgão Público Contratante.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2019.

Diretoria: **Ivam Cabral - Diretor Executivo.**

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Previsão		
			Trimestral	Realizado	
4.1	Dramaturgia	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	32	34
			2º Trim	32	34
		3º Trim	32	32	
			4º Trim	32	31
Meta Anual	32 aprendizes*	33			
ICM%	100%	103%			
4.1	Humor	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	50	47,8
			2º Trim	50	47
		3º Trim	50	52,4	
			4º Trim	50	55
Meta Anual	50 aprendizes*	50			
ICM%	100%	100%			
4.1	Iluminação	Carga	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		Horária	3º Trim	480	424
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.920 horas	1.736 horas	
		ICM%	100%	90,4%	
		Número de Matriculados	1º Trim	50	51

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Previsão		
			Trimestral	Realizado	
4.1	Matriculados	Carga	2º Trim	50	51
			3º Trim	50	50
		Horária	4º Trim	50	50
			Meta Anual	50 aprendizes*	50
		ICM%	100%	100%	
		Número de Matriculados	1º Trim	480	256
			2º Trim	480	520
		3º Trim	480	424	
			4º Trim	480	536
		Meta Anual	1.9		